

A conspiração real que o Congresso não denuncia

Nada mais eloquente para mostrar o nível a que chegou a atividade parlamentar no Brasil, hoje — e o pouco respeito que deputados e senadores dedicam à opinião pública —, do que as cenas proporcionadas pelo Congresso Nacional na quinta-feira passada. A propósito de defenderem a instituição contra uma brincadeira idiota e irresponsável de um jornal de Brasília — a comparação do Congresso com um circo instalado em suas cercanias —, os parlamentares acabaram confirmando plenamente aquilo que a publicação quis apenas insinuar. Eles encenaram, com todo o vigor, um espetáculo circense, desses de circo mambembe.

A infeliz brincadeira — afinal se tratou apenas disso — do matutino brasileiro não encobre uma verdade que os ilustres representantes populares preferem ignorar ou manter encoberta. As críticas que estão sendo feitas aos senhores deputados e senadores, por estarem recebendo pagamento por sessões às quais não comparecem, são mais do que justas. O comportamento dos parlamentares, que neste momento crucial para a democracia brasileira deveria ser exemplar, é, pelo contrário, realmente escandaloso, imoral e, ainda por cima, ilegal. Afinal, o regulamento do Congresso diz que deverá receber jêtons somente quem estiver presente à sessão. A Constituição Federal (artigo 35, parágrafo III) estabelece que perderá o mandato o deputado ou senador "que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara a que pertencer, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Casa".

A lei é clara, mas não está sendo cumprida. Os senhores parlamentares parecem acreditar que estão acima da Constituição, até acima do bem e do mal. Que autoridade pode ter um deputado ou senador para participar de uma comissão parlamentar de inquérito ou fiscalizar a atuação do Executivo, se ele é o primeiro a burlar a lei e a rasgar a Constituição? O deputado Ulysses Guimarães e o senador José Fragelli fizeram candentes pronunciamentos em defesa das Casas que dirigem e da dignidade do Legislativo. Os dois abraçam a tese corrente no Congresso de que há uma campanha orquestrada visando desmoralizar a instituição. Uma autêntica conspiração. Estão totalmente enganados o deputado e o senador: o que existe, na verdade, é um grupo de políticos, eleitos em 1982, cujo comportamento totalmente a-ético está contribuindo para a desmoralização da atual sessão legislativa e, o que é mais grave, da própria democracia que apenas engatinha neste país.

Os congressistas, perdidos na própria imoralidade em que estão mergulhados, descobriram, nas críticas da imprensa, uma "insidiosa" conspiração contra a democracia brasileira. Podemos assegurar-lhes que eles não devem temer nenhuma conspiração por parte da imprensa, que está preocupada somente em cumprir sua missão. Mas, que existe uma conspiração muito bem orquestrada contra o regime democrático no País, isso lá existe. E desse movimento, como de tantas outras coisas sérias, o Congresso Nacional não toma o menor conhecimento. Aliás, procura ignorar solenemente. Vamos apresentar só três exemplos dessa conspiração para tentar despertar os bríos e o patriotismo dos senhores parlamentares, que, parece, não tomaram conhecimento deles.

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e seus juízes foram vítimas, na quarta-feira, de uma brutal agressão por parte de um grupo de operários de uma empresa metalúrgica, descontentes com o reconhecimento de que a greve que eles vinham mantendo era ilegal. Chegamos nesse episódio ao mais alto nível de subversão da ordem e de contestação da lei que se pode atingir: uma decisão judicial é contestada com atos da mais alvar violência, atitude só concebível em regimes nos quais o princípio da autoridade já não mais subsiste. Trata-se não de uma conspiração mas de um ato de subversão da ordem democrática. Onde iremos parar se todos os indivíduos ou grupos decidirem que, de agora em diante, suas pendências serão resolvidas pela lei do mais forte? É cristalino que uma reação como essa dos metalúrgicos de Santo Amaro não acontece apenas por combustão espontânea. Por trás de uma ação como essas há, além dos agentes instigadores de sempre, uma coisa mais grave: o estímulo dado pela teimosia do governo em não utilizar os instrumentos que tem em suas mãos para coibir movimentos ilegais. A agressão aos juízes do TRT é filha dileta da impunidade dos metalúrgicos que invadiram a GM no Vale do Paraíba e mantiveram alguns companheiros em cárcere privado. O estímulo vem também daqueles — como os senhores parlamentares — que não cumprem o seu dever precípuo de cobrar do governo o exercício pleno da autoridade que lhe foi delegada. Calam-se, omitem-se — erradamente neste caso — e, portanto, acumpliciam-se sempre que julgam que cumprir seu dever acarreta perda de popularidade.

O outro desafio à ordem democrática foi protagonizado pelo sr. Teodomiro Romeiro dos Santos, alcunhado "o último exilado brasileiro", ao retornar na semana passada ao País. A arrogância, o propósito revanchista exibido por esse infeliz jovem, que assassinou um soldado da Aeronáutica, não devemos esquecer-nos, soaram como uma provocação. Recebido gloriosamente como se fosse um herói nacional, ele deixou claro que não voltou ao Brasil imbuído do espírito da conciliação e da anistia que pacificaram a sociedade brasileira. Esse comportamento é decorrência de outras provocações anteriores, quando alguns parlamentares tentaram atingir as Forças Armadas, identificando pretensos torturadores e divulgando lista de militares envolvidos no combate ao terrorismo como se eles fossem marginais. Neste caso, poucas, pouquíssimas mesmo, vozes parlamentares se ergueram para defender uma instituição e uma classe com gloriosos e relevantes serviços prestados ao País e um dos esteios do processo de redemocratização.

O mesmo silêncio observamos diante de uma gratuita agressão a uma das instituições mais perenes da sociedade humana: a família. Segundo uma denúncia do bispo de São Carlos, dom Constantino Amstalden, há escolas públicas em São Paulo utilizando em suas aulas o livro "Reflexão e Ação em Língua Portuguesa", cujo texto tem claras referências "desairosas à fé, à moral e à própria educação de nossas crianças". Alguns trechos, pinçados da obra, são mesmo de estarrecer: "Neste Natal o menino Jesus vai beber a costureira 51 no bar e depois, bêbado com Château Duvalier da última ceia, estará à margem da vida"; "a mãe bem que poderia dar umas voltinhas com uns homens e arranjar um dinheirinho"; "o pai está preso e já deve ter morrido de fome e de tanto apanhar na cadeia"; "o diretor vagabundo que ronca no sofá, envolto na bandeira". São esses os ensinamentos que estão sendo passados para crianças de dez a 14 anos, na fase mais crítica da formação de seu caráter. É através da desmoralização dos costumes e da degradação da família que se pode perverter a sociedade, instalar a anarquia e criar as "condições objetivas" desejadas pelos grupos totalitários para a instalação no País do regime com que sonham. E, no entanto, esta sórdida conspiração que ameaça diretamente a democracia no Brasil jamais mereceu, dos senhores parlamentares, a menor referência.

São fatos reais como esses que citamos que representam, verdadeiramente, ameaças à liberdade e à democracia; não as justas denúncias da imprensa, que visam exclusivamente purificar uma instituição — o Congresso Nacional — que é o coração de qualquer democracia. São esses desvios que estão a exigir a laboriosa e firme ação dos senhores parlamentares. O deputado Ulysses Guimarães encerrou seu discurso em defesa do Legislativo entregando "ao povo o julgamento sereno dos fatos". As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte irão mostrar se os brasileiros estão realmente satisfeitos com o trabalho (???) que realizam seus representantes. Agora, entretanto, à guisa de orientação, aconselhamos o senhor presidente da Câmara a consultar uma pesquisa encomendada pelo PFL paulista. O documento mostra que, perante a opinião pública, os políticos aparecem sempre associados a coisas como corrupção (enriquecimento ilícito), promessas não cumpridas, empreguismo, falta de seriedade e incompetência. Podem estar certos os senhores parlamentares, assim como está o povo, de que quem constrói essa imagem não é a imprensa, mas eles mesmos, com seus jêtons, suas mordomias e seu completo alheamento da realidade brasileira.